

6. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

6.1 Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro referentes ao exercício de 2020 estão publicadas no sítio eletrônico do TRE-RJ, menu Transparência/Demonstrações Contábeis.

6.2 Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

6.2.1 Informações Gerais

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (UG 070017) é um órgão de jurisdição especializada que integra o Poder Judiciário da União e cuida da organização do processo eleitoral (alistamento eleitoral, votação, apuração dos votos, diplomação dos eleitos, etc.). É composto de sete juízes: dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ-RJ); dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo TJ; um juiz do Tribunal Regional Federal (TRF – 2ª Região); e dois juízes nomeados pelo presidente da República dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça (art. 120 da CF/1988). A sede do Tribunal está localizada na Avenida Presidente Wilson, nº 194 e 198, Centro – Rio de Janeiro. Sob sua jurisdição administrativa e financeira há 165 Zonas Eleitorais distribuídas por todo o Estado do Rio de Janeiro. Cada Zona Eleitoral é composta por um juiz de direito de primeiro grau de jurisdição da Justiça Estadual do Rio de Janeiro, sendo algumas de suas atribuições: (i) processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns, exceto o que for da competência originária do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais; (ii) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor; e (iii) tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos ilícitos das eleições. Os cartórios dos Juízos Eleitorais estão instalados em imóveis alugados de terceiros, em espaços alugados em shopping centers, em imóveis ou espaços cedidos por outros órgãos públicos e em imóveis próprios.

6.2.2 Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis são instrumentos de análise e controle em nível gerencial, demonstrando as situações econômico-financeira e patrimonial dos Órgãos e Entidades. Essas informações foram organizadas e elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 1967, do Decreto nº 93.872, de 1986, da Lei nº 10.180, de 2001, e da Lei Complementar nº 101, de 2000. Atendem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual Siafi, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial. Os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional. Os estoques são destinados à utilização própria do órgão no curso atividades, e o método utilizado para mensuração e avaliação é normal de seu custo médio ponderado.

São registradas no ativo patrimonial as despesas antecipadas decorrentes de contratação de assinaturas de jornais, revistas, periódicos e de contratação de seguros de bens móveis e imóveis. As despesas antecipadas são amortizadas à medida que incorridas ou realizadas.

Em relação aos bens imóveis, o cadastro, a reavaliação e atualização dos valores são realizados a partir do sistema SpiuNET, criado pela Secretaria de Patrimônio da União, mediante o preenchimento de informações pela Seção de Gestão de Imóveis do TRE-RJ com base nos parâmetros de mercado e do sistema. A depreciação é efetuada pela STN nos termos da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014, que no art. 7º menciona ser apurada mensal e automaticamente pelo Método da Parábola de Kuentzle.

Os bens móveis são depreciados, em observância ao estabelecido nas normas de contabilidade e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional, e seus respectivos valores são contabilizados mensalmente durante o exercício, adotando-se as taxas da Macrofunção 020343 – Bens Móveis. A metodologia de cálculo para o registro da depreciação no patrimônio é a das quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do ativo, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante.

O ativo intangível é composto pelas contas Software com Vida útil Indefinida e Software com Vida útil Definida., O método de amortização utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é das quotas constantes, disposto no item 13.1 da MACROFUNÇÃO 020330 Depreciação, amortização e exaustão. O sistema de patrimônio utilizado pela Justiça Eleitoral foi alterado em novembro de 2019 para inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis e com a amortização correspondente.

As transferências financeiras são realizadas mensalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE por meio de sub-repasses.

6.2.3 Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Balanço Financeiro – BF;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP; e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

• Composição dos principais itens das Demonstrações Contábeis

Nota 1: Caixa e Equivalente de Caixa

Representam valores recebidos do Tribunal Superior Eleitoral, enquanto Órgão Setorial de Programação Financeira - OSPF, para pagamento de despesas ou aquisição de bens autorizados na Lei Orçamentária Anual durante o exercício de 2020 e de recursos referentes ao pagamento de Restos a Pagar. Não há saldo em moeda estrangeira. O saldo final apresenta um aumento de 17,75% em relação ao ano anterior, tendo em vista uma maior concentração de pagamentos de diversas obrigações com vencimento no período de 15/12/20 a 15/01/21.

Nota 2: Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados com adiantamentos a servidores de auxílio-alimentação e auxílio-transporte, bem como créditos a receber oriundos de acertos financeiros com os servidores. O item manteve-se estável entre os exercícios 2019 e 2020, tanto em valores monetários quanto em valores proporcionais ao ativo.

Nota 3: Estoques

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. O item sofreu uma redução em cerca de 17%, tendo como principal causa a brutal redução das atividades *in loco*, em decorrência da pandemia do COVID-19. A redução poderia ter sido bem maior, se não fosse o recebimento

de grandes volumes de doações de EPI e álcool em gel para a proteção do pessoal envolvido na realização das eleições de 2020.

Nota 4: Imobilizado

Segue composição do imobilizado para os anos de 2019 e 2020:

Imobilizado	31/12/2019	31/12/2020
Bens Móveis	51.550.735,07	44.711.582,68
(+) Valor Bruto Contábil	114.606.288,99	80.862.143,44
(-) Deprec e Amortiz Acumulada	-63.055.553,92	-36.150.560,76
Bens Imóveis	22.794.764,22	23.166.292,41
(+) Valor Bruto Contábil	27.821.467,87	27.844.567,87
(-) Deprec e Amortiz Acumulada	-5.026.703,65	-4.678.275,46
Total do Imobilizado	74.345.499,29	67.877.875,09

Os bens móveis em 31/12/2020 totalizam R\$ 44.711.582,68 e estão distribuídos na forma abaixo:

Conta	31/12/2019	31/12/2020
Equipamentos de TI	96.541.239,52	62.593.321,79
Mobiliário em Geral	7.065.917,85	7.190.840,47
Veículos	4.399.747,37	3.371.732,41
Aparelhos e Utensílios Domésticos	2.946.269,71	3.234.083,42
Máquinas e Equipamentos Energético	1.269.257,09	1.591.799,67
Demais bens móveis	2.383.857,45	2.880.365,68
(-) Deprec e Amortiz Acumulada	-63.055.553,92	-36.150.560,76
Total	51.550.735,07	44.711.582,68

Dos Bens Móveis do TRE-RJ, cerca de 77% referem-se a equipamentos de TI, 9% mobiliário geral e 4% veículos.

A acentuada redução no saldo de equipamentos de TI e no saldo de depreciação acumulada é decorrente da reavaliação do acervo de urnas eletrônicas, determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral, de modo a padronizar no âmbito da Justiça Eleitoral a valoração das urnas eletrônicas e de sua respectiva depreciação.

Os Bens Imóveis da União registrados no TRE-RJ totalizam R\$ 23.166,292,410 em 31/12/2020, distribuídos na seguinte forma:

Conta	31/12/2019	31/12/2020
Bens de uso especial	26.586.392,36	26.586.392,36
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	842.788,76	842.788,76
Instalações	285.278,41	285.278,41
Estudos e Projetos	107.008,34	130.108,34
(-) Deprec e Amortiz Acumulada	-5.026.703,65	-4.678.275,46
Total dos imóveis	22.794.764,22	23.166,292,410

Os Bens de Uso Especial, destinados à atividade administrativa e prestação de serviço ao cidadão, representam aproximadamente 96% dos bens imóveis registrados na contabilidade.

A composição dos bens imóveis permanece qualitativamente inalterada, havendo apenas um pequeno incremento no saldo na conta de *Estudos e Projetos* - trata-se de um mesmo projeto ainda em andamento. A redução na conta de Depreciação e Amortização Acumulada é decorrente da regularização de lançamentos em duplicidade ocorridos no exercício de 2019.

Naquele exercício houve um acréscimo de 92,55% na Depreciação Acumulada de Bens Imóveis da Justiça

Eleitoral em relação ao exercício anterior (2018).

Segundo informação da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia, ocorreu erro no arquivo enviado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o que gerou a contabilização de valores em duplicidade.

Os valores foram corrigidos pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/STN) em 31 de janeiro de 2020, por meio de emissão de Notas de Lançamento no SIAFI.

Nota 5: Intangível

Conta	31/12/2019	31/12/2020
Softwares Com Vida Útil Definida	2.199.901,03	2.214.901,03
Softwares Com Vida Útil Indefinida	3.068.052,59	3.207.686,59
Amortização Acumulada	-1.075.893,56	-1.706.364,75
Total do Intangível	4.192.060,06	3.716.222,87

Do saldo total do *Ativo Não Circulante*, o grupo *Intangível* representa cerca de 5% e é composto pelas contas *Software com Vida útil Indefinida* e *Software com Vida útil Definida*, compondo-o na proporção de representa 58% do grupo. O sistema de patrimônio utilizado pela Justiça Eleitoral foi alterado em novembro de 2019 para inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis e com a amortização correspondente.

Nota 6: Valores a Pagar

Contas	31/12/2019	31/12/2020
Férias a pagar	20.851.506,47	21.842.348,85
Atrasados Devidos aos Servidores	10.338.018,89	1.277.258,99
Fornecedores	739.835,82	1.279.214,08
Outros	1.024.749,46	943.302,02
Valor do Passivo	32.954.110,64	25.342.123,94

Cerca de 91% do Passivo do TRE é composto por débitos de pessoal: parte referente a férias, reconhecida pelo regime de competência, e parte referente a valores atrasados extraídos do sistema de pessoal da Justiça Eleitoral.

A diferença na conta Atrasados Devidos aos Servidores é decorrente da baixa explicada na Nota 11.

Nota 7: Obrigações Contratuais

Em 31/12/2020 o TRE-RJ possuía o saldo de R\$ 42.672.600,79, referente a obrigações contratuais de parcelas de contratos que serão executados nos exercícios posteriores.

A seguir apresenta-se a tabela com as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Natureza dos Contratos	31/12/2019	31/12/2020
Seguros	1.632,45	1.867,42
Serviços	23.861.385,39	34.742.709,35
Aluguéis	2.472.133,69	7.222.116,17
Fornecimento de Bens	838.839,56	705.907,85
Total	27.173.991,09	42.672.600,79

O incremento do saldo total dos contratos no exercício de 2020 decorre das contratações sazonais por ocasião dos preparativos das eleições municipais de 2020, bem como das prorrogações de vigências de contrato e, quando não possível as prorrogações, de novas contratações.

As obrigações contratuais relacionadas com os serviços representam cerca de 75% do total das obrigações assumidas pelo TRE-RJ ao final de 31/12/2020. Na tabela abaixo estão relacionados os dez maiores contratados, com os respectivos saldos a executar em 31/12/2020.

Empresa	Saldo a Executar
SM21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	5.866.214,79
PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA	4.358.341,52
G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA.	3.539.410,69
OI MÓVEL S.A.	2.869.837,68
SERES SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL	2.184.630,12
LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	1.893.611,31
EMP. BRAS. CORREIOS E TELÉGRAFOS	1.481.630,12
SEGIL - VIGILÂNCIA E SEGURANCA LTDA	1.340.253,02
TELEMAR NORTE LESTE S.A.	1.326.057,08
RIO MINAS TERCEIRIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	900.292,19

Em relação aos contratados acima, eles representam cerca de 43% do total do valor contratado. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- SM21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES : prestação de serviços de manutenção e reparos dos prédios que abrigam os órgãos do Tribunal.
- SEGIL - VIGILÂNCIA E SEGURANCA LTDA: contrato de prestação de serviços de vigilância patrimonial e auxílio a segurança eletrônica.
- LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO: serviço de limpeza e conservação para as zonas eleitorais das regiões metropolitana, costa verde e médio paraíba, norte e noroeste fluminense, centro sul fluminense e serrada.
- PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA: contrato de prestação de serviços técnicos em urnas eletrônicas, para apoio nas eleições municipais de 2020.
- TELEMAR NORTE LESTE S.A.: serviço telefônico fixo comutado - stfc, modalidade local, fixo para fixo e fixo p/ móvel.
- EMPRESA BRASILEIRA CORREIOS E TELÉGRAFOS: contratação de serviços e produtos postais disponibilizados sob regime de monopólio.
- G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS: operação de postos de trabalho de estoquistas.
- SERES SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAS: serviços de apoio, limpeza, asseio, conservação e demais serviços pertinentes para apoio aos Polos de Urnas Eletrônicas e ao Núcleo Administrativo do Caju, com locação de módulos habitáveis.
- OI MÓVEL S.A.: prestação de serviços de comunicação de dados entre a sede do TRE-RJ e os estabelecimentos que abrigam as demais unidades do Tribunal
- RIO MINAS TERCEIRIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: serviço de operação de postos de trabalho de condutores de veículos para a frota do Tribunal.

Nota 8: Demonstração das Variações Patrimoniais

As principais Variações Patrimoniais Aumentativa estão resumidas na tabela a seguir:

Conta	31/12/2019	31/12/2020
Transferências financeiras recebidas em virtude da execução orçamentária (sub-repasse).	559.397.604,53	567.360.672,11
Transferências financeiras recebidos para pagamento de restos a pagar (independentes da execução orçamentária)	16.726.573,15	2.993.869,13
Multas administrativas	8.754.427,90	4.224.261,86
Outras VPAs	1.808.277,03	17.270.762,39
Total	586.686.882,61	591.849.565,49

As Transferências financeiras recebidas em virtude da execução orçamentária (sub-repasse) e as Transferências financeiras recebidas para pagamento de restos a pagar (independentes da execução orçamentária) integram o item da VPA denominado Transferências Intragovernamentais e representam a maior parte dos ingressos.

Os valores a título de Multas Administrativas são, em grande maioria, relacionados ao descumprimento de Normas Eleitorais tais como: eleitor que não foi votar; mesário convocado que não trabalhou nas eleições e candidato multado por propaganda eleitoral irregular. Este valor é automaticamente repassado ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), previsto pela Lei nº 9.096/1995 e gerenciado pelo TSE.

A diferença na conta Outras VPAs deve-se aos esclarecimentos da Nota 11.

As principais Variações Patrimoniais Diminutivas estão resumidas na tabela a seguir:

Despesas	31/12/2019	31/12/2020
Pessoal e Encargos	364.358.760,59	354.066.616,31
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	155.950.288,39	160.701.771,11
Uso de Material de Consumo	1.597.820,25	8.984.723,10
Serviços	47.806.164,57	46.954.059,90
Depreciação, Amortização e Exaustão	13.175.384,48	12.014.720,87
Outras despesas	11.650.915,25	8.932.730,44
Total	594.539.333,53	591.654.621,73

O aumento nas despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais se deve à aposentadoria dos servidores. As despesas de pessoal estão dentro do limite fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O acentuado aumento nas despesas de material de consumo é normal em anos de eleições, no entanto, do total do consumo, cerca de R\$ 2,6 milhões referem-se materiais de EPI e álcool gel para a realização das eleições de 2020.

Nota 9: Restos a pagar

Com a edição da Emenda Constitucional nº 95/2016, o TRE-RJ implementou diversos ajustes no acompanhamento da execução financeira do órgão com o objetivo de reduzir gradativamente o estoque da inscrição de restos a pagar. A partir da implementação da citada Emenda, observa-se que, em todos os anos

posteriores, houve uma significativa redução nas inscrições em relação a 2016.

Em 2019 ocorreu a inscrição de R\$ 5.153.707, o que representou 54% em relação a de 2016. Já ao final do último exercício, houve a inscrição de um valor menor que a metade do valor inscrito no exercício da edição da citada Emenda, totalizando um estoque de R\$ 4.146.077 para o exercício de 2020. Já para o exercício de 2021 os Restos a Pagar passam a ter nova tendência de alta, impulsionado pelas diversas contratações para os preparativos das eleições., chegando ao montante de R\$ 4.701.764.

Nota 10: Balanço Orçamentário

A coluna “Saldo da Dotação” apresenta saldo negativo de R\$ 33.342.817 nas despesas correntes, em decorrência, em sua maior parte, de descentralização de crédito concedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE para realização do cadastramento biométrico na ação: Implantação do sistema de Automação de Identificação Biométrica e, principalmente, para a realização das eleições municipais de 2020.

Nota 11: Passivo de Pessoal

Houve erro de mensuração na conciliação do passivo de pessoal do TRE-RJ, detectado após o encerramento do exercício. Foi efetuada a baixa incorreta no Passivo, em contrapartida à conta Ganhos na Desincorporação de Passivo, no valor de R\$9.166.535,00, no mês de dezembro de 2020, que afetou o Balanço Patrimonial (redução nos grupos Obrigações Trab, Prev. E Assist. a Pagar a Curto Prazo e Passivo Permanente, seguidos do aumento nos grupos Resultado do Exercício e Saldo Patrimonial) e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais (aumento nos grupos Ganhos com Desincorporação do Passivo e Resultado Patrimonial do Período). O item foi ajustado em abril/2021. Os saldos, no entanto, de abertura do exercício em 01/01/2020 das contas patrimoniais estão corretos, visto que tal valor está incluso em exercícios passados, não havendo, assim, necessidade de reapresentação retrospectiva das citadas contas.

Nota 12: Duodécimo de férias.

Não foi efetuado o registro do duodécimo de férias referente à competência do mês de dezembro/20. A falha no valor de R\$2.159.585,38 afetou o Balanço Patrimonial (redução nos grupos Obrigações Trab, Prev. E Assist. a Pagar a Curto Prazo e Passivo Permanente, seguidos dos aumentos nos grupos Resultado do Exercício e Saldo Patrimonial) e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais (redução no grupo Remuneração a Pessoal e aumento no Resultado Patrimonial do Período). O item foi ajustado em abril/2021.

6.3 Conclusões de auditorias

Relatório consolidado de Ação Coordenada de Auditoria

Em 24/04/2020, a SAU encaminhou à Presidência, Diretoria-Geral e Secretaria de Orçamento e Finanças, para conhecimento, relatório do Conselho Nacional de Justiça sobre os resultados da Ação Coordenada de Auditoria - Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil (id 0879043 no processo SEI nº 2019.0.000049633-2), que compilou os resultados das auditorias sobre o tema realizadas em 2019 em todo Poder Judiciário.

Monitoramento COAUD/SAU

No exercício de 2020 foi realizado o monitoramento das recomendações expedidas no Relatório de Auditoria nº 06/2018 - Controles Internos - Relatórios Financeiros e Contábeis.

Os resultados foram consolidados no Relatório de Monitoramento nº 01/2020 (id 1015867 no processo SEI nº 2020.0.000028884-3), aprovado pela Presidência em 06/07/2020.

Das 8 recomendações monitoradas no referido trabalho, duas haviam sido direcionadas especificamente à SOF:

Recomendação	Análise da SAU	Conclusão da SAU
Dar atendimento ao item 6.1 da Macrofunção 021134 - Movimentação e Alienação de bens, quanto à reclassificação dos valores dos bens considerados como inservíveis para a conta contábil 12311.08.05 - Bens Móveis Inservíveis, a partir das informações fornecidas pela SAD/COMAP (subitem A4 do Relatório de Auditoria nº 06/2018).	Essa recomendação está relacionada à recomendação de nº 4, a qual até a presente data não havia sido implementada, devido à dependência de uma resposta da COMAP/TSE.	Recomendação não implementada

Dar atendimento à Macrofunção 021138 - Diversos Responsáveis, quanto à contabilização das contas de controle pertinentes ao processo de apuração administrativo de dano ao erário, a partir das informações fornecidas pela SAD/COMAP (subitem A5 do Relatório de Auditoria nº 06/2018).	Consultando a Macrofunção 021138 - Diversos Responsáveis, verificou-se que o item 2.3.5 esclarece que as contas de controle Diversos Responsáveis em Apuração, devido a sua utilidade para fins de levantamento de informações de cunho gerencial, devem ser escrituradas no momento em que for aberto o procedimento inicial de apuração administrativa relativo aos potenciais danos ao erário ocorridos, sendo o valor do registro definido através de uma estimativa do dano em apuração. O registro em comento deve ser feito pela Unidade Gestora responsável pelo citado procedimento administrativo, o qual é caracterizado por providências com vistas à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e ao imediato ressarcimento ao	Recomendação não implementada
---	--	--------------------------------------

erário.

Assim, entende-se que a contabilização referida na recomendação deva sempre ser realizada, independentemente do valor apurado ou da concordância do responsável em ressarcir-lo.

Orçamento e Finanças - SOF encaminhou à DG, em 13/07/2020, justificativas para a não implantação das referidas recomendações, as quais ainda estão em fase de análise sem parecer conclusivo.